

Musicografia braille no Brasil: o ensino aos cegos no conservatório de Tatuí

Karla Cremonez Gambarotto Vieira¹

Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

Anna Maria Lunardi Padilha

Instituto de Pesquisa Heloísa Marinho /RJ (IPHEM)

RESUMO

Após Conferências Internacionais, consolidou-se a publicação do New International Manual of Music. A tradução deste Manual à Língua Portuguesa foi autorizada ao Ministério da Educação em 2004, para difundir as publicações musicais e contribuir com a inclusão da pessoa cega nos estudos em música. Sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, utilizamos o estudo de caso como metodologia para refletirmos sobre a implantação e desenvolvimento do Curso de Musicografia Braille no Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo, Brasil e sua contribuição para o desenvolvimento e constituição da subjetividade dos alunos com e sem deficiência visual que estudam o sistema musicográfico. A música é produto de experiências culturais internalizadas e as proposições vigotskianas, indicam que a constituição do psiquismo da pessoa cega acontece por caminhos alternativos por meio de reorganizações que possibilitam a socialização dirigida e organizada da cultura. O Curso de Musicografia forma anualmente alunos instrumentistas e futuros docentes, promovendo uma inclusão cultural e profissional dos egressos em diversas esferas de atuação. São limitadas as pesquisas em Musicografia Braille havendo necessidade de nos debruçarmos sobre essa temática, descrevendo e analisando experiências tais com as do Conservatório Musical de Tatuí.

Palavras-chave: Musicografia Braille; Deficiência visual; Educação Musical; Inclusão; Conservatório Musical.

ABSTRACT

After International Conferences, the publication of the New International Manual of Music was consolidated. The translation of this Manual into the Portuguese Language was authorized to the Ministry of Education in 2004 to disseminate musical publications and contribute to the inclusion of the blind person in music studies. According to the Cultural Historical Approach we used the case study as a methodology to reflect on the implementation and development of the Braille Musicography Course at the “Dr. Carlos de Campos” in the Tatuí city, São Paulo State, Brazil and its contribution to the development and constitution of the subjectivity of students blind and seer who study the musicographic system. Music is the product of internalized cultural experiences and the Vigotski propositions indicate that the constitution of the blind person happens through alternative ways by reorganizations that enable the directed and organized socialization of culture. The Musicography Course, annually trains instrumentalist students and future teachers, promoting a cultural and professional inclusion of graduates in several parts of activity. There are limited researches on Braille Musicography and there is a need to focus on this theme, describing and analysing experiences, such as the Tatuí Musical Conservatory.

Keywords: Braille musicography; Visual impairment; Musical Education; Inclusion; Music Conservatory.

¹ Endereço de contacto: karlacremonez@hotmail.com

1. Introdução

A Arte é uma das manifestações culturais produzidas na história da humanidade que ocupa funções diversificadas em suas formas de expressão. A Linguagem Musical é abordada neste trabalho como uma dentre outras linguagens artísticas, sendo a Música assumida como um sistema de construção social, isto é, histórica e cultural, criado nas inter-relações humanas. Para Lukács (1968), a concepção de Arte a partir do materialismo histórico dialético é estabelecida como a realidade objetiva e nessa perspectiva, a Arte está fundamentada historicamente e a Linguagem Musical é uma representação dessa realidade.

Vygotsky (2009) aponta que o saber artístico é algo aprendido e produto de experiências culturais internalizadas. Nessa perspectiva, a concepção de desenvolvimento, possibilita redimensionar a visão teórica sobre a questão do aprendizado musical e a sua importância na formação cultural dos indivíduos e a Música, como uma linguagem artística, representa a realidade concebida como um sistema de construção social e a perspectiva histórico-cultural permite compreendê-la como parte integrante na formação do sujeito.

Louro (2006) menciona que na área musical é habitual afirmar que a Música é importante para a formação de todos. A autora faz algumas indagações, dentre elas: Será que uma pessoa com deficiência, seja ela qual for, está inserida nesse contexto inclusivo?

Tomando as ideias de Vygotsky (1997), entendemos que a pessoa com deficiência pode se desenvolver a depender das possibilidades que o grupo social lhe oferece nas interações enquanto um processo cultural, mediado pela linguagem.

A concepção vigotskiana afirma que o desenvolvimento do psiquismo se dá na mediação dos sistemas simbólicos e nas relações sociais. As funções psíquicas superiores são possíveis por meio da inserção na cultura e da internalização dela por cada indivíduo.

Para refletir sobre o ensino da Música, a psicologia histórico-cultural do desenvolvimento e aprendizado humano permite compreender que o saber musical é aprendido pelo homem e não advindo de um dom. Referindo-se à pessoa cega, Vygotsky (2012), afirma que quando o caminho direto para a constituição psíquica fica impossibilitado por algum déficit orgânico, a cultura pode possibilitar reorganizações e caminhos indiretos. De acordo com as suas proposições, o processo de desenvolvimento psíquico humano acontece nas relações sociais, sendo a linguagem o instrumento simbólico principal, que poderá proporcionar a apropriação e a objetivação de conhecimentos por caminhos alternativos. Para ele, quando há o impedimento psicofisiológico no desenvolvimento humano, a superação poderá ocorrer a partir da compensação social por meio da cultura, ou seja, há técnicas artificiais com um sistema especial de signos ou símbolos adaptados à singularidade da organização psicofisiológica desse sujeito.

No que se refere ao processo cultural, o autor aponta que algumas funções são substituídas por outras por meio de caminhos alternativos que oferecem possibilidades completamente novas para o desenvolvimento da pessoa com deficiência. Se ela não consegue ter acesso direto às obras humanas, o desenvolvimento de vias alternativas se converte na base de sua compensação.

É por meio da mediação e da significação que o desenvolvimento humano é socialmente constituído. O plano intrapessoal é formado pela internalização do que esteve presente no plano interpessoal, como processo criativo de apropriação dos sentidos, significados, conceitos e seu domínio. No caso da ausência da visão, há reorganizações que podem ser possibilitadas através da sistematização dirigida e organizada, ou seja, da socialização sistematizada culturalmente. Um dos caminhos artificiais criado pelo homem à pessoa cega quanto à leitura e escrita é o Braille.

Seu inventor Louis Braille (1809-1852) era pianista e organista, sua criação constitui-se no sistema que possibilitou a escrita e leitura tátil à pessoa com deficiência visual a partir de 63 caracteres resultantes da probabilidade das combinações de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas, cada qual com três pontos distintos, essa disposição ficou conhecida como Cella Braille. Tal criação fora estendida à área musical possibilitando o acesso da escrita e leitura da simbologia musical. O sistema musicográfico criado por ele é conhecido como Musicografia Braille (Abreu, 2008).

1.1. Breve histórico da deficiência visual e a música

Ancorada nas formulações de Vygotsky, Caiado (2003) aponta três períodos, mencionados pelo autor, quanto à história da Deficiência Visual: 1) Período Místico; 2) Período Biológico-ingênuo e Período Científico. No Período Místico (Antiguidade, Idade Média e parte da História Moderna), a pessoa cega era considerada ora como desgraça por alguns e, por outros, como algo extraordinário. Já o segundo período, no século XVIII, denominado de Período Biológico-ingênuo, caracterizou-se pelo desenvolvimento da ciência e da educação (nesse período que se iniciou com Valentin Haüy a instrução à pessoa cega na França). O terceiro Período, o Científico, está ligado à educação da pessoa com deficiência visual sob uma nova abordagem teórica onde o homem não é mais concebido apenas como um ser biológico. Ele agora é indivíduo social e histórico e é a partir das relações humana e da ação sobre a natureza por meio do trabalho que ocorre a internalização do conhecimento.

Ao considerar que a Música é aprendida e não originária de um dom, Reily (2008) afirma que na Antiguidade e na Idade Média, já se encontrava a presença de harpistas cegos egípcios e tocadores de um instrumento medieval chamado de viola-de-roda; a autora aponta também que nos séculos XVII e XIX há registros de violinistas e violonistas cegos e no século XX, a presença deles no mundo musical do Blues e do Jazz. Na música portuguesa, Franco (2019), menciona que nas feiras de Lisboa, nas festas e romarias a música era cantada por músicos itinerantes, geralmente cegos.

De acordo com Bonilha (2006), as pessoas com deficiência visual aprendiam música com a mesma simbologia da notação musical tradicional, sendo tais notações impressas em relevo para o reconhecimento tátil do cego. Porém, tal procedimento limitava uma leitura fluente e a autonomia desses alunos, tanto na transcrição quanto na criação musical.

A Educação da pessoa com Deficiência Visual no Brasil teve sua origem com a fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1981, conhecido atualmente como Instituto Benjamin Constant (IBC). Ligado à monarquia, o Instituto teve início com José Alvares de Azevedo, jovem que estudara no Instituto dos Jovens Cegos, na França. Ao retornar ao Brasil, José Alvares de Azevedo alfabetiza a filha do médico do Imperador e com sua influência monárquica encaminha um projeto que resultou na fundação desse Instituto.

O ensino da música à pessoa com Deficiência Visual fazia parte do cenário da educação no regime de internato durante grande parte do século XX. De acordo com Tomé (2003), a sociedade entendia que a música era um recurso ao deficiente visual, acreditando que ele fosse especialmente dotado para ela, muitos eram forçados para seu estudo e prática, como durante muito tempo se fez.

Contudo, Louis Braille estendeu a idealização do Sistema Braille ao âmbito musical. A própria combinação das letras do alfabeto criada por ele tornou possível a escrita e leitura de toda a simbologia musical. O sistema musicográfico, criado por Louis Braille, sofreu modificações ao longo do tempo, com o desenvolvimento da notação básica da simbologia atual.

Em 1888, foi realizada na Alemanha a primeira Conferência sobre a escrita musical em Braille com a participação da França, Alemanha, Inglaterra e Dinamarca. Em 1927, na primeira Conferência de Paris estiveram presentes tais países: Itália, França, Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos, onde foram padronizados alguns sinais da cebra Braille e a continuidade de algumas regras da escrita musical estabelecidas anteriormente. A segunda Conferência de Paris em 1854 foi realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o objetivo de unificar o sistema musicográfico (Bonilha, 2006).

Posteriormente, diversas reuniões foram realizadas para tal unificação do sistema Braille na música. Por fim, em 1997 surgiu uma nova padronização dessa notação que foi consolidada e divulgada com a publicação do New Internacional Manual of Music. Em 2004, o Brasil recebeu a autorização da tradução deste Manual de Musicografia Braille para a Língua Portuguesa, pelo Ministério da Educação Brasileiro (MEC), que tem por objetivo difundir as publicações musicais e contribuir nos estudos e práticas para a inclusão da pessoa com deficiência visual nessa linguagem artística. (Brasil, 2004).

Ao relacionar a Musicografia Braille à perspectiva histórico-cultural, compreende-se que ela é uma simbologia e que por meio da mediação do outro, há a possibilidade do acesso à cultura a partir das relações sociais. Por meio da apropriação da Musicografia como produção humana, a pessoa com deficiência visual se constitui como sujeito com acesso ao que há de mais desenvolvido na cultura.

Segundo Vygotsky (2010), o processo de passagem dos conhecimentos espontâneos aos conhecimentos científicos gera saltos qualitativos quanto às funções psíquicas superiores na constituição do psiquismo humano.

1.2. Do Braille à Musicografia

O Código Braille da Língua Portuguesa do Ministério da Educação Brasileira (2007) mostra que o Sistema Braille é composto por 63 probabilidades de combinações diferentes, composto de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas com três pontos cada uma, ou seja, por meio dos 63 caracteres a pessoa com deficiência visual tem acesso à escrita e à leitura mediante as letras do alfabeto, bem como a toda a simbologia ortográfica e de pontuação, simbologias referente à área da química, física, e matemática, estendendo ao sistema musicográfico.

De acordo com o Braille Spelling for Portuguese: Braille Integral, elaborado pela Comissão Braille, em 2002, no Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência - o atual Instituto Nacional de Reabilitação de Portugal -, tal sistema foi elaborado e distribuído por meio de Sete Séries, construídas com as combinações dos caracteres, ou seja, acréscimo dos pontos: 1) A primeira série consiste em dez sinais, todos superiores porque são representados pelos pontos 1, 2, 4 e 5, razão pela qual essa série também é chamada de série superior, que é a base da segunda, terceira e quarta séries, bem como um modelo para a Quinta série; 2) A Segunda Série é obtida adicionando o ponto 3 a cada um dos pontos da primeira série; 3) a Terceira Série resulta da adição dos pontos 3 e 6 aos sinais do grau 1; 4) A Quarta série é formada pela junção do ponto 6 em cada um dos sinais da 1ª série; 5) A Quinta Série é formada por sinais inferiores, pois são compostos dos pontos 2, 3, 5 e 6, por isso é chamada de nota inferior, que reproduz formalmente a primeira série. 6) A Sexta Série não deriva da 1ª série e é desenvolvida pelos pontos 3, 4, 5 e 6, constituídos por apenas seis sinais; 7) A Sétima Série também não se baseia na primeira série e é formada apenas pelos sete sinais da coluna da direita.

Segundo Tomé (2003), referindo-se à Musicografia Braille, é a partir das letras do alfabeto que Louis Braille representou as notas/figuras musicais e toda a simbologia musical. Das letras D; E; F; G; H; I e J do alfabeto braille, ele criou a base para a formação das notas de Dó a Si em Colcheias; da mesma maneira que fez com o alfabeto, acrescentou à sua base, o ponto 6 (que representa as notas de Dó à Si em Semínimas ou Semifusas); o ponto 3 (para as notas de Dó à Si, em Mínimas ou Fusas) e os pontos 3 e 6 para a formação das notas musicais de Do à Si em Semibreves ou Semicolcheias.

De acordo com Bonilha (2010), o domínio da leitura e escrita no Sistema Musicográfico está associado ao domínio dos conceitos teóricos musicais, não é apenas decodificar a escrita e executar a peça, exige uma compreensão profunda sobre tais conceitos.

No que se refere à execução do instrumento, a autora menciona que o músico cego utiliza as mãos tanto para ler a sua partitura que está em Braille, quanto para tocar no seu instrumento, necessitando assim, memorizar da parte separadamente para que posteriormente seja possível fazer correspondências entre elas.

Coerente com o Manual Internacional de Musicografia Braille, a autora também menciona particularidades da Musicografia Braille comparada à simbologia musical convencional. Ressalta algumas particularidades musicográficas, como por exemplo, em Musicografia Braille não se utiliza a pauta musical; a escrita e leitura são realizadas somente na forma horizontal; para indicação das altura das notas utiliza-se os sinais de oitavas e não as claves, entre outras particularidades que o músico cego precisa aprender e se apropriar.

No Brasil, foi desenvolvido o software Musibraille em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Dolores Tomé com o objetivo de possibilitar o acesso tecnológico da transcrição de partituras em braille à pessoa cega a fim de possibilitar condições de aprendizagem equivalentes à pessoa sem a deficiência visual. Tal ferramenta tem disponibilidade gratuita para download (Borges & Tomé, 2012).

Destarte, tanto para escrever como para fazer a leitura de uma partitura em braille, deve-se ter conhecimento dos sinais musicográficos, apropriação dos conceitos teóricos musicais, bem como de suas regras de utilização e particularidades. Para tanto, é fundamental a compreensão global dos mecanismos dos sinais musicográficos.

2. Estudo de caso: trajetória da implantação do curso de musicografia braille no conservatório de tatuí

Em 2007, em iniciativa conjunta com o Maestro Antônio Carlos Neves (1948-2013), implantou-se o Curso de Musicografia Braille em um Conservatório Estadual Paulista ², com objetivo de atender aos estudantes com deficiência visual que já cursavam aulas de instrumento. Eles participavam a partir de metodologias de gravação e reprodução dos conteúdos estudados para a aprendizagem musical, sem o suporte da leitura e escrita por meio da Musicografia Braille.

Os alunos não tinham conhecimento e acesso às disciplinas teóricas: teoria musical, percepção, harmonia, história da música, entre outras disciplinas que compunham a grade curricular desse Conservatório, para o ensino dos respectivos instrumentos. Eles também não participavam das práticas de grupos instrumentais: Orquestras, Banda Sinfônica, Grupos Instrumentais etc.

Fora mencionado que o motivo desses alunos não frequentarem as disciplinas teóricas e os grupos de práticas musicais devia-se ao material usado, que no caso era em tinta, e como não havia o material em Braille ou outro material que pudesse auxiliar na leitura e escrita desses alunos, a forma de participação era possível somente como “aluno ouvinte” e com isso, os discente com cegueira apresentavam dificuldades acentuadas nas aulas.

Segundo os alunos, as aulas, em sua maioria, eram expositivas, o que dificultava a compreensão dos alunos cegos, já que alguns professores não descreviam verbalmente o que continha na partitura e nos exercícios propostos em sala. Nas explicações do conteúdo em lousa, os professores usavam os termos “isso”, “aquilo”, “esse com esse”; e, por falta da visão, o entendimento dos sentidos e significados dos conceitos estudados ficavam comprometidos, uma vez que os exercícios eram impossíveis de serem realizados pela falta de acesso à escrita e à leitura no sistema musicográfico.

Quando da implantação do Curso de Musicografia Braille, percebeu-se que o aluno com cegueira dependia da sua memória e tentativas de assimilar o que estava acontecendo em sala de aula. Como frequentavam as aulas com os alunos sem deficiência, o aluno com cegueira manifestava constrangimento por não conseguir ter um bom rendimento e compreensão dos conteúdos em música.

Nas aulas práticas, os alunos reproduziam, literalmente, em seus instrumentos, as peças e músicas gravadas pelos seus professores. Não tinham acesso à partitura em Braille, dependiam totalmente de ouvir inúmeras vezes e tentar “copiar” na íntegra a gravação; um trabalho exaustivo, com falta de autonomia para ler, escrever e entender o significado do que estava na partitura. Observamos, assim, problemas na metodologia de ensino e déficit no processo de aprendizagem em relação aos alunos sem deficiência que tinham a oportunidade de realizar todo o conteúdo proposto pelo curso.

Preocupado com a inclusão dos alunos cegos e a forma como estavam inseridos no Conservatório, o Maestro Neves implanta o curso de Musicografia Braille possibilitando o acesso e a inclusão, de fato, desses alunos que já eram matriculados no Conservatório. No ano seguinte, em 2008, fora providenciada uma sala com a estrutura para o início das aulas: aquisição de uma máquina Braille (para a transcrição das partituras), um piano digital, um computador e uma impressora comum (já que havia alunos com baixa-visão) e uma bolsa de estudos que contemplava um aluno com auxílio financeiro, mesmo o curso sendo gratuito.

O curso de Musicografia Braille iniciou com seis alunos que permaneceram nas aulas instrumentais e tiveram acesso à outras disciplinas, cada qual pertencente a grade do seu respectivo curso de instrumento. Desses alunos três formaram-se ao fim de seis anos de estudo do sistema musicográfico e nos instrumentos: teclado e canto popular.

3. O curso de musicografia braille e os doze anos de inclusão: resultados e discussões

Nos 12 anos de existência do Curso de Musicografia Braille no Conservatório de Tatuí, alunos com deficiência visual de diversas capitais do país estudaram e formaram-se tanto em Musicografia Braille e em algum instrumento musical: Rio Grande do Sul; Pará; Goiás, entre outros.

² Oficinas e cursos também são oferecidos no país por algumas universidades: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que em parceria com a professora e flautista Dolores Tomé, desenvolveram o software Musibraille. Tais afirmações constam nas referências.

Após o falecimento do Maestro Antônio Carlos Neves, outra gestão deu continuidade aos objetivos de implantação que ainda estava em andamentos. Houve pontos positivos: um deles, a autorização de alunos sem deficiência visual para cursar Musicografia Braille. Porém, pontos negativos também foram identificados: a estrutura da sala na implantação do curso fora desativada, bem como todo o material voltado a esse fim. O curso permaneceu somente com a máquina Braille. Houve também dificuldade na transição do aluno cego que cursava Musicografia para matricular-se no curso de Instrumento Musical e o curso foi reduzido para quatro anos e não mais ministrado em seis anos.

Mesmo com todos os percalços, a área pedagógica não deixou de investir no ensino aos alunos e por duas vezes, a Musicografia Braille foi indicada como melhor “Ação Inclusiva” do Estado de São Paulo. Nesse período, mais de 30 alunos passaram pelo curso, formaram-se e deram continuidade em cursos superiores. Em 2018, comprometidos com a Educação Musical, Formação, Inclusão e Profissionalização Musical, a Abaçai Cultura e Arte passa a ser a gestora do Conservatório de Tatuí e com o “olhar inclusivo”, certa das suas responsabilidades nas políticas públicas, retoma os objetivos de implantação do Curso de Musicografia e a reinicia com a ampliação estrutural do curso, como era, de início, em 2008, para o Conservatório e para além dele.

O interesse deste estudo e a escolha dessa instituição ocorreu pela experiência profissional de uma das pesquisadoras como professora de Musicografia Braille e uma das implementadoras deste curso no Conservatório de Tatuí ao longo dos doze anos.

O curso de Musicografia Braille no Conservatório de Tatuí tem a duração de seis anos e oferece as seguintes disciplinas: sistema musicográfico; teoria musical; percepção auditiva. As aulas acontecem semanalmente com duração de 50 minutos, ministrada pela professora com formação em música e Musicografia Braille. Os alunos cursam individualmente ou em duplas tais disciplinas, porém as disciplinas que compõem o currículo do instrumento estudado são ministradas por professores que ministram as aulas juntos aos alunos videntes. Todos os materiais são em braille, tanto teóricos como as peças instrumentais e as avaliações também são acompanhadas e adaptadas, se necessário. Os alunos cegos participam de grupos instrumentais como Orquestras Sinfônicas, Bandas, Big Band e Coros.

A cobrança no que se refere às avaliações e desempenho são comuns a todos os alunos, com deficiência e sem deficiência, o que difere é o acesso do caminho alternativo utilizado pelo aluno cego por meio do sistema musicográfico. O acesso a este curso não tem por critério uma avaliação musical ou em Musicografia Braille com o objetivo de oportunizar o estudo e inclusão do aluno com deficiência visual e sem deficiência aos estudos em música tanto ao que se refere ao ensino do sistema musicográfico, quanto ao aprendizado de um instrumento musical. Dessa maneira, a inscrição é realizada e o modelo de seleção é por meio de entrevista com os candidatos.

Portanto, o curso de Musicografia do Conservatório de Tatuí, visa à formação e profissionalização em música da pessoa cega e não busca a realização de tratamento musical terapêutico, o estudo é oferecido gratuitamente pelo Governo do Estado de São Paulo.

4. Considerações finais

Sendo uma das instituições no país que promovem a inclusão de alunos cegos e com baixa-visão, com acesso para a formação educacional inclusiva a pessoas também sem deficiência visual, o Conservatório de Tatuí possibilita a acessibilidade aos estudos com o objetivo de profissionalizar tais alunos na esfera musical.

Nos doze anos de implantação do Curso de Musicografia Braille, percebeu-se a o aumento da demanda desses alunos, que migram de outras cidades e estados para cursarem a Musicografia.

Os alunos formados no curso atuam no mercado de trabalho como professores de instrumento e musicalização infantil, produtores fonográficos, músicos e musicistas (atuando em grupos musicais e eventos).

Ao terem acessibilidade à leitura, à escrita e aos conceitos em música, com a intervenção pedagógica do professor que sabe o sistema musicográfico, os alunos avançam em seus estudos, tanto no que se refere às disciplinas teóricas, quanto às disciplinas instrumentais, pois a Musicografia Braille os ajuda no desenvolvimento do estudo de vários instrumentos. A eles é possibilitado também realizar e concluir a

graduação em Produção Fonográfica. Podemos afirmar que o Conservatório de Tatuí, contribui, em nosso país, com a efetiva inclusão cultural de seus alunos cegos.

Referências

- Abreu, E. M. A. C. (2008). *Braille? O que é isso?*. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos.
- Bonilha, F. F. G. (2006). *Leitura musical na ponta dos dedos: caminhos e desafios do ensino de musicografia braille na perspectiva de alunos e professores* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- Bonilha, F. F. G. (2010). *Do toque ao som: O ensino da musicografia Braille como um caminho para a educação musical* (Tese de Doutorado não publicada). Universidade Estadual de Campinas.
- Borges, J. A.; Tomé, D. (2012). *O Projeto Musibraille: Habilitar a inclusão de alunos cegos em Cursos de Música*. Conferência Internacional sobre Informática para Ajudar as Pessoas com Necessidades Especiais (ICCHP) - Lecture Notes in Computer. Linz, Austria, Volume Ciência 7382; pp.100-107.
- Brasil. (2004). Ministério da Educação. *Manual Internacional de Musicografia Braille*. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP.
- Brasil. (2007). *Código Braille da Língua Portuguesa*. Ministério da Educação (MEC).
- Caiado, K. R. M. (2003). *Aluno deficiente visual na escola: Lembranças e depoimentos*. Campinas, SP: Autores Associados: PUC – (Coleção educação contemporânea).
- Franco, A. (2019). *A guerra dos fados: debates e polêmicas sobre a canção nacional*. Guerra e Paz Editores, S. A.
- Louro, V. S. (2008). *Educação musical e deficiência: Propostas pedagógicas*. São Paulo: Ed. do Autor.
- Lukács, G. (1968). *Estética: la peculiaridad de lo estético. Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético*. Barcelona: Grijalbo. V. 3.
- Portugal. (2002). *Braille spelling for portuguese: Braille integral*, elaborado pela Comissão Braille no Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, o atual Instituto Nacional de Reabilitação, IP, em Lisboa / Portugal, também Disponível:< <http://www.inr.pt/nucleo-para-o-braille-e-meios-complementares-de-leitura>>. Acesso em: 14 abr. 2020.
- Reilly, L. (2008). Músicos cegos ou cegos músicos: Representações de compensação na História da Arte. *Cad. Cedes*, Campinas, 28(75), 245-266.
- Tomé, D. (2003). *Musicografia Braille: Instrumento de inclusão* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Internacional de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Vygotsky, L. S. (2010). *A construção do pensamento e da linguagem* (Tradução de Paulo Bezerra, 2ª Ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2012). *Fundamentos de defectologia: Obras escogidas V*. Editorial Pedagógica Moscou, 1983 – Machado Libros: Boadilha del Monte (Madrid).
- Vygotsky, L. S. (1997). *El defecto y la compensación* T. V. pp. 41-58, Espanha.
- Vygotsky, L. S. (2009). *Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico*. Apresentação e comentários de Ana Luiza Smolka. Tradução de Zoia Prestes. São Paulo: Ática.